

20 anos de esquecimento da periferia

IARA ALENCAR

Já registrava o urbanista Lúcio Costa na sua carta — relatório do projeto vencedor do concurso do Plano Piloto de Brasília, que a concepção urbanística da cidade não era decorrente do planejamento regional, mas a causa dele, pois tornavam-se inadmissível que uma grande civita, implantada num espaço econômico e demográfico quase vazio, se consolidasse sem o processamento de profundas transformações em sua periferia.

E ao pretender preservar Brasília para o exercício pleno de sua função básica de capital político-administrativa e cultural, dizia Lúcio Costa que, naturalmente, os seus governantes teriam que se preocupar com o desenvolvimento em torno do Distrito Federal.

No entanto, pelas mesmas razões que à época da transferência da capital essa preocupação ficou esquecida, os governos que se sucederam parecem não ter entendido que o bem-estar de uma população deve se sobrepor ao jogo político. Trocando em miúdos, na ânsia de se afirmarem como "bons" governantes, tanto os governos do Distrito Federal, como Goiás e Minas Gerais (Estados a quem estão subordinados os municípios vizinhos a Brasília), ainda não visualizaram a forma mágica de tirar partido de investimentos na região periférica a Brasília.

O Governo do Distrito Federal, pelo que se vê, continua mais preocupado com os problemas que apresentam a cidade, esquecendo que muitos deles, como dizem os seus técnicos, são decorrentes da inexistência de ações concretas na sua região de influência. Por outro lado, o governo de Goiás, talvez por algum tipo de pressão de cabos eleitorais, resiste a investir nos seus municípios próximos a Brasília, que vêm se firmando a cada eleição como núcleos de oposição às lideranças do Estado.

Minas Gerais, salientam alguns observadores, não foge à regra, pois cidades como Unai, Paracatu, dentre outras da geoeconômica, estão muito distantes da capital e da zona do Estado de maior reduto eleitoral.

PEGERB

Enquanto isso, Brasília se sufoca, com o saturamento de todos os seus equipamentos comunitários, crescente deficiência do seu sistema médico-hospitalar, saneamento básico, abastecimento, transporte, dentre outros, comprometendo não só a função governamental da cidade, o seu plano urbanístico, como a melhoria das condições de vida da sua população, o que parece mais importante.

Entretanto, a grande demanda para Brasília continua, sendo que de 1974 para 1978 entraram na cidade 184.124 migrantes, de acordo com dados da Codeplan. O crescimento vegetativo da população, contudo, não apresenta índices anormais, considerando que, nesse mesmo período, o aumento foi em torno de 82.000 novos brasilienses.

E como fazer para conter essa corrente migratória para Brasília?

Medidas inúteis foram tomadas por governos passados, algumas delas institucionais, como proibir a entrada de migrantes carentes através de postos de triagem, instalados nas principais vias de acesso à cidade, quando a Constituição assegura ao

Uma constatação fica clara ao se analisar o desenvolvimento global da região do Distrito Federal: todos os governos que se sucederam na administração do DF, esqueceram-se de promover desenvolvimento das muitas cidades que compõe e circundam o Distrito Federal.

Por essa razão, Brasília se sufoca com o saturamento de todos os seus equipamentos comunitários e vê aumentar a deficiência do seu sistema médico-hospitalar, saneamento básico, dentre outros, comprometendo não só a função governamental da cidade, seu plano urbanístico, como a melhoria das condições de vida de sua população.

Em 1972, o Governo Federal viu que precisava fazer alguma coisa para minimizar os muitos problemas que surgiam com a crescente migração para Brasília, criando, então, o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PEGERB).

Inicialmente elaborado para o período 1975/77, a sua vigência foi prorrogada até 1978 e, até hoje, o saldo positivo do programa é nulo. Dos resultados concretos do PEGEB, os técnicos destacam apenas o Distrito Industrial de Anápolis e o asfaltamento da rodovia Brasília-Unai. A auto-suficiência de produtos de primeira necessidade está longe de ser atingida.

brasileiro o direito de ir e vir por todo o território nacional.

Por outro lado, o desenvolvimento integral da região da periferia do Distrito Federal, de muito vista pelas técnicas de planejamento, cientistas sociais e o próprio idealizador da capital como a única medida capaz de salvá-la do caos, só foi motivo de preocupação a nível federal em 1972, através do I PND, que determinou a criação da Região Geoeconômica de Brasília como parte da Política de Integração Nacional. Posteriormente, assinala o técnico de planejamento do GDF, Cláudio Alves de Souza, essa formulação geral veio a ser transformada na política de desenvolvimento regional para a área geoeconômica de Brasília, instrumentada pelo Programa Especial do Governo Federal. A campanha então lançada em favor da rápida definição dessa região ocasionou vários encontros de técnicos em planejamento de todos os órgãos e governos interessados no assunto, surgindo depois de muita discussão o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PEGERB), que muita gente aponta em Cláudio Alves um de seus mentores.

SITUAÇÃO

O PEGEB, explica o secretário do Governo do Distrito Federal, coronel Renan D'Ávila Duarte, traça apenas diretrizes e estratégias de atuação para a região geoeconômica.

Inicialmente elaborado para o período 1975/77, a sua vigência foi prorrogada até 1978 e até hoje o saldo positivo desse programa, por razões já conhecidas, é quase nulo, como lembram os técnicos do GDF, apesar de ter se investido somente na elaboração do programa um bilhão de cruzeiros.

O Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília engloba, basicamente, como descreve

Cláudio Alves, a abertura de novas opções para os fluxos migratórios orientados para o Distrito Federal, criando mais e melhores condições de emprego nas áreas consideradas como constituintes da região; o reforço da infra-estrutura urbana e econômico-social dos municípios identificados como subcentros da região geoeconômica, objetivando minimizar as grandes e crescentes pressões sobre o equipamento social urbano do DF; e a organização de um quadro regional de articulação de Brasília e sua área de influência imediata, possibilitando a coexistência equilibrada e harmoniosa entre ambas, com proveito mútuo.

No entanto, salienta Cláudio Alves que, mesmo após a política de desenvolvimento da área de influência do Distrito Federal, o ritmo de crescimento da capital continuou muito mais intenso que o das áreas integrantes da região, de onde se pode dizer até que a política do Governo do Distrito Federal contraria o PEGEB, já que, ao que se sabe, os 20 bilhões dos recursos orçamentários do GDF para este ano serão, totalmente aplicados dentro de Brasília, não computando ainda os empréstimos que vêm sendo feitos quase que diariamente pelo GDF a fundos perdidos, para dar continuidade a uma gama de obras na cidade.

CONSIDERAÇÕES

No entanto, o secretário de Governo, Renan D'Ávila Duarte, mostrou-se consciente desse problema, lembrando que quanto mais se investe em Brasília, dotando a cidade de uma melhor infra-estrutura menos se atende a demanda, em razão da região geoeconômica quase não ter crescido com a cidade.

Dos resultados concretos do PEGEB, os técnicos apresentam apenas o Distrito Industrial de Anápolis e o asfaltamento da rodovia Brasília-Unai, apesar de que, no setor de abastecimento, a secretaria de Agricultura parece confiante

no futuro, pois, segundo o secretário Alceu Sanches, Brasília caminha para a auto-suficiência em produtos de primeira necessidade.

Contudo, o objetivo principal do programa, fixar o homem na periferia de Brasília, oferecendo a ele condições de trabalhos, nem sequer parece vir a ser atingido, segundo alguns técnicos do GDF. Argumenta Cláudio Alves que um programa baseado em ações governamentais setoriais e isoladas "não corresponde às necessidades de um desenvolvimento ordenado, tendo, portanto, de ser substituído por um plano integrado de desenvolvimento regional, que não limite esse desenvolvimento ao convencional crescimento de índices econômicos obtidos pela expansão das atividades produtivas tradicionais". Para outros técnicos, o programa tem que absorver mão-de-obra na periferia de Brasília, caso contrário, "é mais um dos projetos nulos que consumiu grande soma de dinheiro".

SITUAÇÃO

Admitem ainda alguns técnicos que, enquanto o entrave para a execução do programa forem "problemas de ordem política", o que segundo eles só será sanado com uma forte intervenção do governo federal (o que pode ferir a soberania dos Estados), o PEGEB continuará sendo apenas um amontoado de diretrizes que jamais darão origem a projetos executáveis. Lembraram eles que a cada governo os problemas são repassados para um outro posterior, já que os "governantes estão mesmo preocupados apenas em lidar com vultosas quantias de dinheiro, em que cabe a eles decidir como e onde aplicar, quando para se desenvolver um projeto dentro do PEGEB poderá ocorrer uma vigilância de todas as partes interessadas", lembrou um técnico da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Por outro lado, funcionários do GDF argumentam que no governo Elmo Serejo chegou até a se manter contatos com os governadores dos Estados de Goiás e Minas Gerais para viabilizar o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. A SUDECO, ficou de desfechar a última etapa, o que não ocorreu.

Nesse governo — lembram eles — as intenções parecem ser melhores, mas até o momento o governador Aimé Lamaison nada conseguiu de concreto com os governos vizinhos, no que toca à implementação da política da Geoeconômica, apesar de após um ano de governo essa política continuar sendo prioritária, de acordo com suas declarações.

Mas, apesar das intenções do titular do GDF, nenhum encontro foi ainda realizado entre o coronel Lamaison, o governador de Goiás, Ary Valadão e o governador mineiro, Francisco Pereira. Alguns funcionários do GDF salientam que as relações entre os três governos não são boas, "pior que no governo passado", o que parece comprovar declarações de prefeitos de municípios goianos da região geoeconômica.

ABASTECIMENTO

Enquanto se discute a necessidade de governos utilizarem melhor o PEGEB (agora necessitando de muitas alterações ou reorientação da política pela defasagem de tempo) a secretaria de Agricultura, segundo Alceu Sanches, vem procurando suprir as deficiências do abastecimento de Brasília com o desenvolvimento dos seus núcleos rurais periféricos.

De acordo com ele, pareceu um pouco utópico o que previa os idealizadores de Brasília: abastecer a cidade através de um cinturão verde à sua volta, ou sejam, as granjas hoje existentes como residências oficiais. Por outro lado, lembra Alceu Sanches que essas gran-

jas, antes administradas pela SAB, deram início a outra filosofia, ou seja, dar à iniciativa privada, com a criação dos núcleos rurais, a exploração da produção agrícola.

Hoje a nossa dependência externa de produtos hortifrutigranjeiros está em torno de 37%, quando, em 1978, essa dependência era de 64%, isto é, importávamos cerca de 64% das nossas necessidades de hortifrutigranjeiros.

Com relação a outros produtos básicos dos quais Brasília é totalmente dependente, explicou Alceu Sanches que esses deverão ser produzidos pela região geoeconômica, "com tradicional vocação agrícola".

Frisou ele que a limitação territorial de Brasília (a cidade conta com uma área de 5.814 km²) não oferece estímulo a culturas como o arroz e feijão, em razão de a cidade jamais vir a ser, nessas áreas, grande centro produtor, dado à impossibilidade de expansão. "Com isso disse Alceu Sanches" — acreditamos que Brasília deva se firmar como um grande centro produtor de sementes a serem fornecidas para a região geoeconômica, dado as nossas maiores possibilidades técnicas de produzir sementes de boa qualidade".

Contudo, apesar de o secretário de Agricultura acreditar que dentro de cinco anos Brasília estará auto-suficiente na produção de hortifrutigranjeiros (com exceção para alguns produtos de não-adaptação climática) as culturas básicas e a produção industrializada que poderia ser suprida pela região geoeconômica, segundo os técnicos dessa mesma secretaria, parecem estar muito longe de ser atingidas, já que, ressaltam eles, o plano maior que deveria incentivá-las e orientá-las, o PEGEB, continua apenas teorizando o que seria melhor para o Distrito Federal e para os municípios vizinhos a Brasília.

